



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA

CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA,
BIÊNIO 2016/2018 - REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2017.**

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete (10.5.2017), sob a Presidência da Defensora Pública Geral, Dra. MARIA MADALENA ABRANTES SILVA, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão EXTRAORDINÁRIA, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Apreciação da proposta da reposição dos subsídios aprovada em assembléia na APDP; 2 - Concluir o Regimento Interno; 3 - Demais assuntos pertinentes a Defensoria Pública. Compareceram o Sub-Defensor Geral Otavio Gomes de Araújo, o Corregedor Geral Charles Gomes Pereira, e os Conselheiros Drs.: Ryveka Campos Martins Bronzeado, José Alípio Bezerra de Melo, Francisco Freire de Figueiredo Filho, Fábio Liberalino da Nobrega e Ângela Maria Dantas Luft de Abrantes, registrando a presença do representante da Associação Paraibana dos Defensores Públicos Dr. Ricardo José Barros, e do Ouvidor Dr. Júlio Vanildo Cruz Rolim.

A Presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos, fazendo uma oração e falando de sua reunião com a TV Cabo Branco, em seguida apresentou a programação para a semana do Defensor Público que acontecerá a partir do dia 16/5/2017, com a inauguração das novas instalações do Núcleo de Atendimento da DP, falou também da confecção das carteiras funcionais, das Becas para os membros do Conselho, da entrega do VADEMECUM e dos botos da Defensoria Pública, falou também do processo sobre a liberação da senha, disse que a Secretária da Administração – SEAD, tem até o dia 19 para se pronunciar, e que o Diário Oficial da DP foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa e que nesta data será encaminhado para o Governador do Estado, para sancioná-lo ou vetá-lo, referente ao duodécimo a ação está com o Ministro Marco Aurélio aguardando a publicação do acordo, em seguida falou da situação do PROCON, falou também de sua reunião com o Presidente da FUNDAC e a situação de precariedade das casas de recepção do menor, falou sobre a situação da Escola da Defensoria Pública e trouxe para os membros o nome da Defensora Pública Diana Piccoli Rangel para iniciar e dirigir os trabalhos da Escola. Em seguida passou ao primeiro item da pauta que é a apreciação da proposta da reposição dos subsídios, que foi aprovada em assembléia na APDP e encaminhada ao Conselho Superior para apreciar e aprovar o encaminhamento destinado a AL, após ampla discussão foi aprovado por unanimidade dos seus membros; disse que foi feita uma consulta ao setor financeiro sobre os valores do reajuste e o impacto nas finanças da DP, sendo respondido pelo Setor Financeiro que esse reajuste caberia no orçamento atual da Instituição, seguindo a pauta a presidente apresentou o regimento interno para

da continuidade as alterações, no qual passam os artigos abaixo a terem as seguintes redações: Art. 10, parágrafo 2º “Se os Conselheiros natos receberem expediente destinados ao Conselho Superior deverão adotar as providencias pertinentes, no âmbito de suas atribuições com remessa do expediente ao Conselho Superior da Defensoria Pública” Art. 11 no inciso I acrescentou, a letra a e b – a) Na eleição para Defensor Público Geral, assim como, para formação do Conselho Superior da Defensoria Pública, observar-se-á, sob pena de nulidade, quando do registro da candidatura: os impedimentos, as vedações e as proibições, previstas na LC 104/2012. b) O direito de votar e de ser votado é exclusivo dos membros em atividade funcional, enquanto que os membros em inatividade compete-lhes o direito de votar. Ainda no art. 11, VIII- letra b “A lista tríplice, dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira, regularmente inscritos, para o cargo de Corregedor-Geral, mediante voto plurinominal e secreto de seus membros” (retirou Defensor Publico do Estado e ... acrescentou a palavra “secreto”) na XXVI – foi eliminado da letra ‘a’ ouvida a Escola da Defensoria publica. No art. 13, XV – determinar a aprovação da ata da sessão..... XXIII - Fazer nos órgãos de divulgação dos atos da Defensoria Pública). No art. 18 alterou em vez de por “semana” será por “mês”. Art. 43, parágrafo 1º o I foi suprimido a representação ao Governador do Estado visando, mantendo-se o restante do texto, Art. 46, parágrafo 2º O Defensor.....e seu patrono por órgão oficial responsável pela publicação dos atos da Defensoria Pública, da data..... e, finalmente o art. 62 - Todo expediente..... será distribuído por sorteio, observando a ordem alfabética dos conselheiros, assim como os critérios de rodízio, impessoalidade e proporcionalidade na divisão dos serviços, excluído o Defensor Público Geral. Assim foi aprovado por unanimidade, dando continuidade a presidente apresentou para apreciação resolução que cria, regulamenta e estabelece os critérios objetivos prévios e permanentes de seleção para os Defensores Públicos que deverão atuar em presídios, Cadeias e Hospitais de Custódia e tratamento Psiquiátrico do Estado da Paraíba, bem como mutirão, força tarefa e outros similares, que foi aprovada por unanimidade, após alterações nos seguintes artigos: Art. 1º, Inciso I - e Comarcas de Vara Única, Inciso II -e cadeias públicas, e no Art. 2º, foi eliminada a letra “b”. Encerrada a sessão, será marcada reunião posteriormente e todos os Conselheiros devidamente comunicados. Sendo lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim, -

 Lêda Maria Meira, Secretário (a) *Ad Hoc* do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.


 MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
 PRESIDENTE




OTAVIO GOMES DE ARAUJO
SUB DEFENSOR PUBLICO GERAL



RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
MEMBRO


CHARLES GOMES DE PEREIRA
CORREGEDOR GERAL



JOSE ALIPIO BEZERRA DE MELO
MEMBRO


JULIO VANILDO CRUZ ROLIM
OUVIDOR


FRANCISCO FREIRE DE F. FILHO
MEMBRO


ANGELA MARIA D. L. DE ABRANTES
MEMBRO


FABIO LIBERALINO DA NOBREGA
MEMBRO


RICARDO JOSE C. S. BARROS
Representante da Associação
dos Defensores Públicos